

Retórica e espaço público: algumas questões

Paulo Serra¹

Resumo: A relação entre retórica e espaço público parece mais ou menos óbvia, já que, como observa Nietzsche, a retórica “é uma arte essencialmente republicana”. No entanto, a retórica emergiu num espaço público, o da democracia grega, que apresenta diferenças substanciais em relação ao espaço público mediatizado e “refeudalizado” (Habermas) das democracias contemporâneas. Tentando interrogar a relação entre a retórica (clássica) e o espaço público (contemporâneo), este texto articula-se à volta de três questões essenciais, que constituem outras tantas partes da mesma: 1. A retórica fala grego? 2. A esfera pública pode ser retórica? 3. A política pode ser democrática? Partindo da teorização perelmaniana da retórica e da teorização habermasiana do espaço público, a resposta a estas questões procura analisar alguns aspectos essenciais daquilo a que se tem vindo a chamar “retórica mediatizada” (Fidalgo).

Palavras-chave: retórica; espaço público; mediatização

Abstract: The relationship between rhetoric and public space seems more or less obvious, since, as Nietzsche says, the rhetoric “is an essentially republican art”. However, the rhetoric has emerged in the Greek democratic public space, which is substantially different from the mediated and “refeudalized” public sphere (Habermas) of contemporary democracies. Trying to interrogate the relationship between (classical) rhetoric and (contemporary) public space, this article is structured around three key questions: 1. Does the rhetoric speak Greek? 2. May the public sphere be rhetorical? 3. May the policy be democratic? Based on Perelman’s theorization of rhetoric, and Habermas’s theorization of public space, the answer to these questions seeks to examine some key aspects of the so called “mediated rhetoric” (Fidalgo).

Keywords: rhetoric; public space; mediation

1 Introdução

Será, talvez, escusado insistir na má fama da retórica. São por demais conhecidas as críticas de Platão aos Sofistas e a sua contraposição, no *Fedro*, entre uma “boa” e uma “má” retórica. Ou o desprezo de Immanuel Kant por essa “arte do engano” que “procura levar os homens, como máquinas, a uma opinião

¹ Universidade da Beira Interior/Portugal.

à qual uma calma reflexão tiraria todo o seu peso”, essa “arte de aproveitar-se da fraqueza humana para os seus próprios fins” (Kant, 1846: 289-90)².

No que se refere especificamente à relação entre retórica e política, e a propósito da “afecção oratória” parlamentar – no caso, de Pinheiro Chagas –, nas suas *Farpas* de Setembro de 1871 Eça de Queirós e Ramalho Ortigão punham em questão “a utilidade prática dos retóricos” nas sociedades modernas (Queirós; Ortigão, 2004: 173). A esta “afecção oratória”, mas também ao “desasseio ostentadamente ordinário”, a “a atrevida sem-cerimónia e a reels frescata da moderna tribuna português”, ao “palavrório relaxado”, ao “plebeísmo da palavra”, à “baixeza indecorosa do estilo” (Queirós; Ortigão, 2004: 173), contrapõem Eça e Ramalho a clareza e a gravidade – supostamente não retóricas – da linguagem parlamentar. A linguagem da política seria, assim, uma linguagem média, situada entre o falar *demasiado bem*, própria dos retóricos, e o falar *demasiado mal*, próprio da população. Ora, como certamente não ignorariam Eça e Ramalho, o que eles aqui fazem não é senão defender um novo *ethos* do (orador) político/parlamentar, centrado precisamente numa “clareza” e numa “gravidade” que poderiam permitir-lhe recuperar a credibilidade perdida – ou seja, não uma anti-retórica, mas uma outra retórica (da) política. Ao que acresce que, como observa Friedrich Nietzsche (1995: 44-5), “a retórica é um aperfeiçoamento dos artifícios já presentes na linguagem. Não existe de maneira nenhuma a “naturalidade” não-retórica da linguagem à qual se pudesse apelar: a linguagem ela mesma é o resultado de artes puramente retóricas.” Assim, só se escapa à retórica através de um “artifício retórico”; ou seja, não se escapa.

A má fama da retórica na política tem a sua origem, como se sabe, num equívoco: entre o instrumento propriamente dito (a retórica) e o homem que o utiliza (o político). O que significa que pode haver não só diversas utilizações

² “[...] la supercherie d’un art, qui, en des choses importantes, cherche à entraîner les hommes, comme des machines dans une opinion à laquelle une calme réflexion ôtera tout son poids. [...] en tant qu’art de tourner la faiblesse humaine à ses propres fins [...]”.

retóricas da política, mas também diversas utilizações políticas da retórica (Gronbeck, 2004).

Disso mesmo se tratará nas secções seguintes. Os seus títulos atípicos, em forma de pergunta, pretendem indicar, desde logo, o carácter tentativo deste texto.

2 A retórica fala grego?

Poderemos, a propósito da retórica, parafrasear o dito de Martin Heidegger sobre a filosofia e afirmar que a retórica fala grego? À primeira vista sim – desde que acrescentemos que a retórica não fala um grego qualquer, mas o grego da democracia, ou seja, que há uma relação essencial entre retórica e democracia (Cunha, 1995; Fidalgo, 2008). Não admira, assim, que Friedrich Nietzsche afirme que a retórica “é uma arte essencialmente republicana” (Nietzsche, 1995: 27). Ao contrário da conversa privada, que trata do *oikos*, da economia doméstica, a retórica é um discurso público, que trata das coisas da *polis*, ou seja, da política (Soulez, 2004; Fidalgo, 2008).

A relação entre retórica e política parece óbvia. Com efeito, as sociedades, das mais antigas às mais contemporâneas, são confrontadas, permanentemente, por problemas de ordem colectiva, mais ou menos complexos, que têm de resolver (a paz e a guerra, a justiça e a injustiça, a produção de riqueza e a sua distribuição, etc.). A política é, precisamente, a arte que procura soluções para esses problemas. Essa procura implica a possibilidade de escolhas, de alternativas, sempre falíveis, que podem e devem ser defendidas publicamente com determinados argumentos (*logos*), por políticos com uma certa credibilidade (*ethos*), que procuram ganhar a simpatia dos cidadãos (*pathos*) para as suas causas. E é aqui que, numa primeira análise, a retórica entronca com a política: a política tem uma dimensão retórica, embora não se reduza a ela; a retórica é um instrumento ao serviço da política, ainda que não o único.

Uma sociedade sem escolhas e a possibilidade do confronto público entre elas – uma sociedade não democrática – é ou uma sociedade sem política ou

uma sociedade com um simulacro de política, em que os políticos se tornam ou ditadores (sociedades sem política) ou, então, demagogos (sociedades com um simulacro de política). A retórica torna-se, neste último caso – já que no primeiro nem sequer existe – um instrumento ao serviço da sofística e do engano. E, desse modo, não pode deixar de ganhar má fama.

Assim, mais do que falar grego, a retórica fala. O mesmo é dizer que, emergindo no espaço público grego, ela não se confina a esse espaço público; antes é uma exigência de qualquer espaço público, seja ele qual for – incluindo o espaço público mediatizado das sociedades contemporâneas.

No entanto, o espaço público grego era um espaço público limitado em termos de espaço e de número de participantes, assente numa comunicação face a face. Foi precisamente para responder às necessidades de um tal espaço público que Aristóteles tematizou, na sua obra, o essencial daquilo a que a posteridade veio a chamar o “sistema retórico”. Assim, coloca-se a questão de saber se – e como – essa tematização aristotélica da retórica e da (sua relação com a) política é válida em sociedades, como as contemporâneas, diferentes a muitos níveis da sociedade democrática grega.

3 A esfera pública pode ser retórica?

Como é sabido, foram as obras de Hannah Arendt (*A condição humana*, 1958) e Jürgen Habermas (*A mudança estrutural da esfera pública*, 1962) que trouxeram para primeiro plano o conceito de espaço público (ou esfera pública) – um conceito que, como refere Louis Quéré (1992: 77), “está no próprio coração da reflexão filosófica actual sobre a democracia”, fornecendo “um fio condutor para imaginar soluções para a crise institucional das sociedades ditas ‘complexas’”³.

³ “Le concept d’espace public est tout à fait au cœur de la réflexion philosophique actuelle sur la démocratie. Il fournit un fil directeur pour imaginer des solutions à la crise institutionnelle des sociétés dites «complexes». On peut aussi inclure dans cette réflexion l’usage du concept à des fins de «critique des idéologies»”.

Aparentemente, as concepções de Arendt e Habermas apresentam-se como substancialmente diferentes. Assim, e nos termos de Seyla Benhabib – que distingue ainda uma terceira concepção do espaço público, a liberal ou “legalista” –, enquanto em Arendt encontramos uma concepção republicana ou “agonística” do espaço público, em Habermas encontramos uma concepção deliberativa ou um “espaço público discursivo”, centrado no “princípio da participação pública” (Benhabib, 1992: 85 e *passim*). Por sua vez, Louis Quéré (1992: 77) distingue entre uma concepção que acentua o “carácter cénico e dramático” do espaço público (Arendt) e uma concepção que acentua “o carácter discussional e processual da esfera pública” (Habermas)⁴. No entanto, à luz do que dissemos antes sobre a relação entre retórica e democracia grega, não há razão para não considerarmos as perspectivas de Arendt e Habermas como complementares. Assim, todo o discurso político, sendo retórico, acaba por ser agonístico; o agonismo, em democracia, é essencialmente da ordem do discurso, que não da força ou da violência; discurso e agonismo envolvem sempre uma certa dramaturgia, uma certa forma de “actuação” mais ou menos ritual – como diria Erving Goffman – dos seus autores e dos seus auditórios.

Sendo certo que o estudo que Habermas faz da esfera pública burguesa em *A mudança estrutural da esfera pública* acaba por nos deixar sem uma concepção do que seria uma esfera pública pós-burguesa⁵, concordamos com a opinião de Quéré de que o ideal normativo de uma sociedade assente no debate racional, universal e aberto é uma espécie de *a priori* do pensamento de Habermas (Quéré, 1992: 77-78); e um *a priori* de que toda a obra posterior de

⁴ “Cette thématization politique, ou critique, de l’espace public se fait en des termes différents, selon que l’accent est mis sur le caractère discussional et procédural de la sphère publique (formation «discursive» de l’opinion et de la volonté), ou sur son caractère scénique et dramaturgique, ou encore selon qu’elle adopte la perspective d’une histoire sociale descriptive, celle d’une description phénoménologique ou celle d’une «critique des idéologies» ” (Quéré, 1992: 77).

⁵ “Oddly, Habermas stops short of developing a new, post-bourgeois model of the public sphere. Moreover, he never explicitly problematizes some dubious assumptions that underlie the bourgeois model. As a result, we are left at the end of Structural Transformation without a conception of the public sphere that is sufficiently distinct from the bourgeois conception to serve the needs of critical theory today” (Fraser, 1990: 58).

Habermas pode ser lida como uma reafirmação e uma tentativa de reconstrução. Isto mesmo parece reconhecer Habermas, quando afirma que

[...] a esfera pública, enquanto espaço de troca comunicativa assente em razões, é a questão que me preocupou durante toda a vida. A tríade conceptual “espaço público”, “discurso” e “razão” tem dominado, de facto, o meu trabalho como académico e a minha vida política (Habermas, 2004: 2).

O ideal normativo de esfera pública discursiva que decorre do estudo que Habermas faz da esfera pública burguesa em *A mudança estrutural da esfera pública* – uma obra que, portanto, só em parte corresponde a uma análise histórica⁶ –, envolve as seguintes características:

i) Pública, e isso num duplo sentido: os seus participantes são cidadãos na qualidade de cidadãos, e não de profissionais ou homens de negócios tratando de assuntos privados, nem de membros da burocracia estatal; centra-se em assuntos de interesse geral, em particular os referentes à actividade do Estado;

ii) Universal: permite o acesso de todos os cidadãos;

iii) Mediatizada: implica a existência dos media (jornais, revistas, rádio, tv,...), embora também inclua a conversação do dia a dia;

iv) Livre: em termos de associação, de expressão e de publicação das opiniões por parte dos cidadãos;

v) Racional: os participantes devem utilizar argumentos racionais, i.e., susceptíveis de ser aceites por todos. (Habermas, 1962; 1974)

⁶ “In the last chapter of the book [*The structural transformation of the public sphere*] I had attempted to bridge the two stands together: the empiric diagnosis of the breakdown of the liberal public sphere and the normative aspect of a radical democratic vision that takes into account and turns to its own purpose the functional intertwining of state and society that objectively goes on above the heads, as it were, of the participants” (Habermas, 1992: 439). Referindo-se à mesma obra, diz Calhoun: “This is an inquiry at once into normative ideals and actual history. It focuses upon the bourgeois political life of the seventeenth through mid twentieth centuries, yet it aims to reach beyond the flawed realities of this history to recover something of continuing normative importance” (Calhoun, 1992: 1).

É certo que, em *A mudança estrutural da esfera pública*, Habermas acentua a ideia de uma “refeudalização” que terá acabado por frustrar as potencialidades ínsitas na esfera pública burguesa⁷; e que, já no trigésimo aniversário da mesma obra, reconhece que a esfera pública burguesa era uma esfera de homens, burgueses e letrados⁸. No entanto, isso não põe em causa a existência do ideal normativo que acabámos de caracterizar.

É de sublinhar, desde logo, a correspondência entre o ideal de esfera pública de Habermas e o (ideal do) auditório universal de Perelman (Cunha, 1998; Meyer, 2002). Esta correspondência significa, também, que as críticas que têm sido dirigidas ao segundo podem ser vistas, também, como dirigidas ao primeiro.

Essas críticas ao auditório universal decorrem das próprias características estruturais de qualquer discurso retórico, a saber:

i) Dirige-se a um auditório que nunca é “universal”, que partilha um certo número de premissas, diferentes das de outros auditórios (Cunha, 1998: 5-6; Dryzek, 2010a: 69)⁹;

ii) Inclui, para além do *logos*, o *ethos* e o *pathos* (Reboul, 1998: 89; Meyer, 2002: 248).

⁷ “The public sphere, simultaneously prestructured and dominated by the mass media, developed into an arena infiltrated by power in which, by means of topic selection and topical contributions, a battle is fought not only over influence but over the control of communication flows that affect behavior while their strategic intentions are kept hidden as much as possible” (Habermas, 1992: 437).

⁸ Habermas parece, assim, acolher as diversas críticas que foram feitas à sua obra, e que Curran resume nos seguintes termos: “[...] Habermas’ analysis – though stimulating and thought-provoking – is deeply flawed. It is based on contrasting a gold era that never existed with an equally misleading representation of present times as a dystopia” (Curran, 1991: 46).

⁹ “Mas é aqui que tem a sua raiz o que há de problemático na concepção perelmaniana do auditório. Com efeito, resulta do que anteriormente se disse, o inevitável reconhecimento da extrema variação e variedade dos auditórios bem como das suas crenças e convicções, do seu estado de espírito” (Cunha, 1998: 5).

Estas críticas que, abrangendo o auditório universal de Perelman acabam por abranger, também, a esfera pública de Habermas, estão bem resumidas na seguinte citação de Michel Meyer:

Com Habermas, temos a impressão de dar de caras novamente com o auditório universal ao contrário, mas aqui estamos perante um orador universal submetido ao imperativo kantiano de nunca falar de si próprio sem se dirigir automaticamente aos outros. Ora, assim como o auditório universal de Perelman não é composto por pessoas reais, já que se trata de uma construção puramente intelectual, o orador universal mais não é do que um «ser de razão» que não é ninguém em particular, encarnando «toda a gente» numa espécie de renúncia viva à individualidade e às suas paixões (Meyer, 2002: 257).

A não universalidade e não (exclusiva) racionalidade do discurso retórico serão mesmo características que impedem que Habermas atribua à retórica um papel no seu ideal de esfera pública. Como refere John Dryzek (que, neste ponto, identifica as posições de Habermas e Rawls),

Para Habermas [...] a racionalidade comunicativa orienta-se por uma procura de consenso baseado em razões. Assim, quando Habermas [...] começa a pensar em democracia deliberativa, o argumento baseado em razões é central, e a retórica não está em lugar algum. Contudo, nem Rawls nem Habermas excluem explicitamente a retórica: a sua exclusão encontra-se tão-só implícita na sua ênfase abrangente da razão e das suas exigências. [...] a retórica pára à porta da razão (Dryzek, 2010a: 69-70)¹⁰.

Voltemos à nossa questão: a esfera pública pode ser retórica? Se por esfera pública considerarmos o ideal normativo habermasiano, a resposta só pode ser negativa: onde a primeira exige racionalidade, universalidade e consenso, a segunda oferece afectividade, particularidade e dissensão.

Mas, se por esfera pública entendermos a esfera pública contemporânea *tal como ela existe*, a resposta só pode ser afirmativa – e afirmativa no sentido atrás exposto: sendo discurso público, que visa a persuasão de um auditório mediante certos meios de persuasão, ela é uma exigência e uma necessidade da

¹⁰ “For Habermas (1988) communicative rationality is oriented by a quest for consensus based on reason giving. So when Habermas (1996) turns to thinking about deliberative democracy, reasoned argument is central, and rhetoric is nowhere. Yet even Rawls and Habermas do not explicitly dismiss rhetoric: the dismissal is just implicit in their overarching emphasis on reason and its requirements. Still, from Rawls and Habermas alike, rhetoric stops at reason’s door”.

esfera pública, considerada como o lugar da crítica, da luta discursiva e da deliberação. Como sublinha John Dryzek,

A contemplação dos aspectos comunicacionais da democracia, especialmente quando se trata de padrões contemporâneos de representação e deliberação, revela a necessidade da retórica. Esta necessidade aplica-se, simultaneamente, ao estímulo da troca de razões e à presença retórica continuada no sistema deliberativo (Dryzek, 2010a: 83)¹¹.

É claro que pairará sempre, sobre a retórica, a sombra de Platão, os “riscos destacados por Platão e pelos seus sucessores” (Dryzek, 2010a: 73)¹². Esses riscos são sintetizados, por Simone Chambers (2009), na oposição entre uma retórica deliberativa, que visa a deliberação reflectida sobre uma acção futura, e uma retórica plebiscitária, que visa uma comunicação estratégica; e por John Dryzek (2010a: 76-80; 2010b), na oposição entre uma retórica de pontes (*bridging rethoric*), que visa a associação com pessoas com características sociais diferentes, e uma retórica de ligação (*bonding rhetoric*), que visa a associação com pessoas com características sociais semelhantes.

4 A política pode ser democrática?

Num texto relativamente recente, Jürgen Habermas sublinha que “o estado crítico de uma democracia pode ser medido tomando o pulso à vida da sua esfera pública política” (Habermas, 2004: 9)¹³. A questão está, no entanto, em saber como entender esta esfera pública política nas democracias de massas que são as nossas.

¹¹ “Contemplation of the communicative aspects of democracy especially when it comes to contemporary patterns of representation and deliberation reveals the necessity of rhetoric. This necessity applies to both the stimulation of reasons interchange, and continued rhetorical presence within deliberative systems”.

¹² “Yet the hazards highlighted by Plato and his successors remain...”

¹³ “[...] the critical state of a democracy can be measured by taking the pulse of the life of its political public sphere”.

Ainda que não o afirme explicitamente – e afirme até o contrário –, Habermas concebe a esfera pública como assente na comunicação face a face e no diálogo. Segundo John Thompson (1996),

A concepção de Habermas sobre a esfera pública – tanto sob a forma da esfera pública burguesa que surgiu no século XVIII, como sob a forma do seu próprio modelo, filosoficamente mais elaborado, do discurso prático – é essencialmente uma concepção dialógica. Isto é, está sustentada na ideia de que os indivíduos se reúnem num espaço compartilhado e dialogam entre si, como participantes em pé de igualdade numa conversação face a face¹⁴.

Mesmo no caso da esfera pública burguesa, a imprensa só é valorizada enquanto fonte da conversação, não em si mesma. Assim, conclui ainda John Thompson (1996),

[...] a visão de Habermas sobre a esfera pública burguesa leva a marca da concepção da vida pública da Grécia clássica: os salões, os clubes e os cafés de Paris e Londres foram o equivalente, no contexto dos inícios da Europa moderna, das assembleias e praças da antiga Grécia¹⁵.

Será precisamente esta sua concepção que leva Habermas a ver na emergência dos meios de comunicação de massa a já referida “refeudalização” da esfera pública (burguesa)¹⁶. E a alternativa que Habermas nos coloca parece ser a seguinte: ou negar pura e simplesmente a possibilidade de uma esfera pública; ou, então, remeter a esfera pública para fora dos *mass media* – de tal modo que teremos, de um lado, uma esfera pública sem *mass media*, conversacional, dialógica; e, do outro, uns *mass media* sem esfera pública.

¹⁴ “La concepción de Habermas sobre la esfera pública – tanto bajo la forma de la esfera pública burguesa que surgió en el siglo XVIII, como bajo la forma de su propio modelo, filosóficamente más elaborado, del discurso práctico – es esencialmente una concepción dialógica. Esto es, está sustentada en la idea de que los individuos se reúnen en un espacio compartido y dialogan entre sí, como participantes en pie de igualdad en una conversación cara a cara”.

¹⁵ “En este sentido, la visión de Habermas sobre la esfera pública burguesa lleva la huella de la concepción de la vida pública de la Grecia clásica: los salones, los clubes y las casas de café de París y Londres fueron el equivalente, en el contexto de inicios de la Europa moderna, de las asambleas y plazas de mercado de la antigua Grecia”.

¹⁶ “No resulta difícil ver por qué, con esta concepción de la esfera pública en mente, Habermas tendió a interpretar el impacto de los medios de comunicación más recientes, como la radio y la televisión, en términos mayoritariamente negativos” (Thompson, 1996).

Ora, em nosso entender, qualquer discussão sobre a possibilidade ou não de uma esfera pública nas sociedades democráticas contemporâneas tem de ter em conta três das suas características essenciais:

i) Mediatização: nas nossas sociedades, caracterizadas por uma sociabilidade à distância e *in absentia*, o sistema mediático assume um papel central, nomeadamente no que se refere aos efeitos de *agenda-setting*, *priming* e *framing* (Mccombs; Shaw, 1972; Mccombs, 2004), que criam uma desigualdade fundamental no acesso aos *mass media* em termos de temas, protagonistas e enquadramentos, privilegiando os detentores do poder político e económico e do prestígio social em detrimento de uma maioria de excluídos (Esteves, 2005: 48-51).

ii) Complexidade: a diferenciação funcional dos sistemas (Lippmann, 1922; Luhmann, 1999) própria das sociedades contemporâneas leva a que elas, no seu todo como em cada uma das suas partes, se tornem cada vez mais opacas ao cidadão comum e aos próprios especialistas, com as consequentes implicações negativas no que se refere aos processos de deliberação e de decisão colectivas.

iii) Fragmentação: as sociedades contemporâneas não envolvem – se é que alguma vez envolveram, como acaba por reconhecer o próprio Habermas (1992) – uma esfera pública única e unificada, mas antes esferas públicas múltiplas e mesmo antagónicas (Fraser, 1990; Hauser, 1998), nacionais e transnacionais, de que os respectivos membros têm interesses, perspectivas e valores diferenciados e que, dificilmente, cabem dentro do (mesmo) conceito de “interesse público”.

Estas características tornam, logo à partida, problemática a ideia de uma esfera pública dialógica, universal, igualitária e voltada para o consenso¹⁷. Mais plausível é a ideia de uma esfera pública mediática (Curran, 1991; Dahlgren, 1994) concebida como uma arena em que os diversos indivíduos, grupos,

¹⁷ Como tornam problemática, também, a ideia de uma democracia deliberativa que vá para além da pequena comunidade e de problemas muito concretos e específicos.

organizações e movimentos sociais procuram ganhar visibilidade, impor os seus temas e contributos, num constante cruzamento de discursos e contra-discursos¹⁸.

Reconhecendo esta centralidade da mediatização, o próprio Jürgen Habermas (2004) distingue entre dois tipos de público e publicidade na “sociedade dos *media*”, com base nas suas diferentes orientações:

i) Orientação para a visibilidade: a esfera pública como “um palco para a auto-apresentação dos “proeminentes” perante espectadores;

ii) Orientação para a participação no debate público: “chegando a acordo acerca de um assunto em particular ou clarificando uma dissensão razoável”¹⁹ por parte de falantes e destinatários.

Ora, a questão é que, no espaço público mediático, a “orientação para a participação no debate público” é indissociável da “orientação para a visibilidade”: só participa no debate público quem consegue visibilidade nos *mass media*, e vice-versa. É também por isso mesmo que, e em relação aos chamados “*media alternativos*” – blogues, redes sociais, etc. –, o seu carácter alternativo depende, em grande medida, da sua capacidade de se constituírem como produtores de agendamento e de enquadramento.

Este espaço público mediático, bem como a política que lhe corresponde, exigem (e impõem) uma nova forma de retórica política, diferente em muitos aspectos da grega.

Tendo em conta algumas indicações de Manuel Castells (2005: 25) e do próprio Jürgen Habermas (2006: 420-3), essa retórica política presente nos *media*, nomeadamente na televisão – que é, ainda hoje, o meio político predominante²⁰ –, pode ser caracterizada da seguinte forma:

¹⁸ Como diz Curran ao referir-se à concepção “radical-democrática” dos *media*, “The *media* are a battleground between contending forces” (Curran, 1991: 29).

¹⁹ “[...] reaching agreement on a particular subject or clarifying reasonable dissent”.

²⁰ A relação intrínseca entre política e televisão é explicada por Castells da seguinte forma: “Como a linguagem da televisão é baseada em imagens, e a imagem política

Meios de persuasão	Tipo de meio dominante
Dramatização (<i>fear appeals</i>)	Pathos
Entretenimento (política-espectáculo)	Pathos
Personalização (no líder)	Ethos
Polarização dos conflitos	Pathos
Prevalência da imagem	Ethos + Pathos
Simplificação	Logos + Pathos
Argumentos <i>ad hominem</i>	Logos + Pathos

Como se verifica no quadro anterior, a retórica política mediatizada denota uma nítida predominância dos meios de persuasão “patológicos” sobre os “éticos” e os “lógicos” – muito longe, portanto, do que seria desejável do ponto de vista dos ideais da esfera pública habermasiana ou do auditório universal perelmaniano.

Uma tal situação não nos pode levar, no entanto, a diabolizar os *media* em geral ou a televisão em particular, e a ver neles o oposto da esfera pública. Isto porque, apesar de tudo, os *media* dão, por vezes, voz aos que não têm voz – desde que forçados a isso pelos movimentos sociais, pelas ONGs, etc. E agendam, também por vezes, questões públicas fundamentais – não raro por imposição dos “novos media” como blogues e redes sociais que, desse modo, contribuem para alargar o campo do discurso público.

mais simples é uma pessoa, a competição política é construída em torno dos líderes políticos. Poucas pessoas conhecem realmente os programas dos partidos políticos. [...] Confiança e carácter são construídos à volta da imagem de uma pessoa. Por causa disto, o assassinio de carácter (o denegrir da imagem de alguém) tornou-se uma possibilidade entre as armas políticas. Mensagens negativas são normalmente mais eficazes do que as mensagens positivas. E a imagem mais negativa é minar a confiança das pessoas no seu potencial líder difundindo, fabricando ou manipulando informação comprometedora” (Castells, 2005: 25).

5 Considerações finais

No decurso deste texto procurámos responder a três questões acerca da relação entre a retórica (clássica) e o espaço público (contemporâneo): 1. A retórica fala grego? 2. A esfera pública pode ser retórica? 3. A política pode ser democrática?

Para responder a estas questões tomámos como ponto de partida a teorização perelmaniana da retórica e a teorização habermasiana do espaço público, tentando discutir tais teorizações à luz de alguns dos aspectos essenciais da chamada “retórica mediatizada”.

Trata-se, agora, de resumir o essencial das nossas respostas a tais questões.

Em relação à primeira questão (A retórica fala grego?), podemos concluir que, mais do que falar grego, a retórica fala, ou seja, a retórica é um instrumento indispensável em qualquer regime democrático, antigo ou contemporâneo.

No entanto, e estamos aqui já no domínio da resposta à segunda questão (A esfera pública pode ser retórica?), o discurso retórico está longe de obedecer às exigências estritas da universalidade, da racionalidade e do consenso que decorrem da forma como Habermas e Perelman idealizam, respectivamente, a esfera pública e o auditório universal – antes se revelando como um discurso assente na particularidade, na afectividade e na dissensão, dotado de uma dimensão estratégica e agonística que lhe é fundamental.

Mas, e entramos na resposta à terceira questão (A política pode ser democrática?), se há algo a rever na nossa concepção da relação entre retórica e esfera pública não será tanto o conceito de retórica – que continua a poder definir-se, tal como a definiu Aristóteles (1355 b), como “a faculdade de descobrir especulativamente o que, em cada caso, pode ser susceptível de persuadir” –, mas mais a forma como concebemos a esfera pública contemporânea. Esta é uma esfera pública mediatizada e que exige uma retórica também ela mediatizada, isto é, uma retórica configurada pela utilização dos *media* como meios, no duplo sentido de instrumentos e de ambientes. A

alternativa ao não cumprimento das injunções desta retórica é, mediaticamente falando, a invisibilidade e o silêncio – como acontece, aliás, a muitos dos cidadãos, grupos e organizações que fazem parte das sociedades democráticas contemporâneas.

Uma tal esfera pública mediatizada pode, ainda, ser considerada como uma “verdadeira” esfera pública, no sentido habermasiano do termo? A resposta a esta questão só pode ser negativa – mas de uma negação que tem de ser relativizada, no sentido em que, parafraseando Hegel, também aqui não se pode pintar cinzento sobre o cinzento. E, como disse o mesmo Hegel no Prefácio de *Os princípios da filosofia do direito*, “*Hic Rhodus, hic saltus*” – ou seja, temos de pensar o que é, mesmo se o que é não é, necessariamente, a “razão” hegeliana.

Referências

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
- BENHABIB, Seyla. Models of public space: Hannah Arendt, the liberal tradition, and Jürgen Habermas. In: CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1992, p. 73-98.
- CALHOUN, Craig. Introduction: Habermas and the public sphere. In: CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1992, p. 1-48.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). *A Sociedade em rede: do conhecimento à acção política*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2005, p. 17-30.
- CHAMBERS, Simone. Rhetoric and the public sphere: has deliberative democracy abandoned mass democracy? *Political Theory*, v. 37, n. 3, p. 323-350, jun. 2009.
- CUNHA, Tito Cardoso e. Prefácio. In: NIETZSCHE, Friedrich. *Da retórica*. Lisboa: Vega, 1995, p. 5-23.
- CURRAN, James. Rethinking the media as a public sphere. In: DAHLGREN, Peter; SPARKS, Colin (eds.). *Communication and citizenship: journalism and the public sphere in the new media age*. Londres, Nova York: Routledge, 1991, p. 27-57.
- DAHLGREN, Peter. L'espace public et les médias: une nouvelle ère? *Hermès*, n. 13-14, p. 243-262, 1994.

- DRYZEK, John S. *Foundations and frontiers of deliberative governance*. Oxford: Oxford University Press, 2010a.
- DRYZEK, John S. Rhetoric in democracy: a systemic appreciation. *Political Theory*, v. 38, n. 3, p. 319-339, 2010b.
- ESTEVEES, João Pissarra. *Espaço público e democracia*. Lisboa: Colibri, 2005.
- FIDALGO, António. Definição de retórica e cultura grega. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2008. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/~fidalgo/retorica/retorica-cultura-grega.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2011.
- FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, n. 25/26, p. 56-80, 1990.
- GRONBECK, Bruce A. Rhetoric and politics. In: KAID, Linda Lee (ed.). *Handbook of political communication research*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2004, p. 135-154.
- HABERMAS, Jürgen. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1992, p. 421-461.
- HABERMAS, Jürgen. The public sphere: an encyclopedia article (1964). *New German Critique*, n. 3, p. 49-55, 1974.
- HABERMAS, Jürgen. *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: Polity Press, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. Public space and political public sphere – the biographical roots of two motifs in my thought. *Commemorative Lecture*, Kyoto, 11 nov. 2004. Disponível em: <http://homepage.mac.com/gedavis/JH/Kyoto_lecture_Nov_2004.pdf>. Acesso em: 8 de maio de 2011.
- HABERMAS, Jürgen. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, n. 16, p. 411-426, 2006.
- HAUSER, Gerard A. Civil society and the principle of the public sphere. *Philosophy and Rhetoric*, v. 31, n. 1, p. 19-40, 1998.
- HAUSER, Gerard A.; BENOIT-BARNE, Chantal. Reflections on rhetoric, deliberative democracy, civil society, and trust. *Rhetoric & Public Affairs*, v. 5, n. 2, p. 261-275, 2002.
- LIPPMANN, Walter. *Public opinion*. New Brunswick, NJ: Transaction, 1998 (original New York: Macmillan, 1922).
- LUHMANN, Niklas. *Politique et complexité: les contributions de la théorie générale des systèmes*. Paris: Le Cerf/Humanités, 1999.

-
- MCCOMBS, Maxwell. *Setting the agenda: the mass media and public opinion*. Cambridge: Polity Press, 2004.
- MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, n. 36, p. 176-187, 1972.
- MEYER, Michel; CARRILHO, Manuel Maria; TIMMERMANS, Benoît. *História da retórica*. Lisboa: Temas e Debates, 2002.
- QUEIRÓS, Eça de; ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas: crónica mensal da Política, das Letras e dos Costumes* (Coord. Maria Filomena Mónica). S. João do Estoril, Cascais: Principia, 2004.
- QUÉRÉ, Louis. L'espace public: de la théorie politique à la métathéorie sociologique. *Quaderni*, n. 18, p. 75-92, 1992.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Da retórica*. Lisboa: Vega, 1995.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. S. Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O público e o privado. *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 2, p. 7-14, 1985.
- SÁ, José Carlos Vasconcelos. Espaço público, argumentação e retórica. *Interacções*, n. 11, p. 9-31, 2010.
- SOULEZ, Guillaume. Rhétorique, public et manipulation. *Hermès*, n. 38, p. 89-95, 2004.
- THOMPSON, John B. La teoría de la esfera pública. *Voces y Cultura*, n. 10, 1996. (original: The theory of the public sphere. *Theory, Culture & Society*, n. 10, p. 173-189, 1993). Disponível em: <<http://www.periodismo.uchile.cl/talleres/teoriacomunicacion/archivos/thompson.pdf>>. Acesso em: 9 de maio de 2011.